VERSÃO SÍNTESE

PEDEPES+

ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO

2014-2020

UMA REGIÃO,
UM PROJECTO
...MELHOR FUTURO

AMRS
Associação de Municípios
da Região de Setúbal

INTRODUÇÃO

Após o decurso de uma fase em que se procedeu à análise, debate e recolha de contributos dos parceiros, centrados, sobretudo, no Diagnóstico da situação, como ponto de partida, considera-se agora importante virar o foco para o presente e para o futuro que ambicionamos para a Região de Setúbal.

Por outras palavras, considera-se que, nesta etapa, deverá ser dada particular ênfase à visão, estratégia e linhas de ação que, em conjunto, queremos perfilhar.

A Proposta de Estratégia de Desenvolvimento para a Península de Setúbal aponta ao horizonte de 2030 e visa atualizar a Estratégia do PEDEPES (2004).

A Proposta de Programa de Ação para o período 2014-2020, integrado no Portugal 2020, tem em conta a necessidade da Península de Setúbal tentar aceder aos vultuosos recursos financeiros dos Programas geridos diretamente pela Comissão Europeia e as oportunidades que resultam das tendências em curso na geoeconomia mundial para a região.

O Programa de Ação que se apresenta, procurando dar tradução à Visão e Estratégia definidas para a Região de Setúbal está, por sua vez, compatibilizado com as Orientações Comunitárias, o Acordo de Parceria "Portugal 2020" e a Estratégia e Programa de Ação regionais para a AML, da responsabilidade da CCDR.

Este documento está fortemente influenciado pelas seguintes ideias-chave:

1ª A Península de Setúbal é uma região que dispõe de potencialidade estratégicas para o desenvolvimento do País, devendo esta valia ser reconhecida através de apostas estratégicas que potenciem as suas singulares condições e recursos territoriais;

2ª A Região confronta-se com determinantes externas e com um quadro de incertezas que decorrem de opções das políticas nacionais e limitam a capacidade dos atores locais e o alcance das iniciativas de formação de parcerias territoriais;

3ª As potencialidades da Península de Setúbal necessitam de intervenções estruturantes que permitam que o seu desempenho económico e social correspondam ao grande potencial de desenvolvimento da região, ao mesmo tempo que se concretizam respostas às urgências sociais;

I. NOVOS HORIZONTES PARA A PENÍNSULA DE SETÚBAL OPORTUNIDADES E APOSTAS ESTRATÉGICAS

1. Pelos seus recursos naturais, inserção num mercado metropolitano de cerca de 3 milhões de consumidores, infraestruturas de conectividade nacional e internacional e tradição industrial, a Península de Setúbal é uma das regiões portuguesas mais aptas para acolher investimentos.

2. Malgrado os constrangimentos que condicionam o seu desenvolvimento – crise económica e social que afetou o País e a Região ao longo dos últimos ano, suspensão dos grandes projetos, enquadramento desfavorável nos apoios comunitários - à Península de Setúbal abrem-se reais oportunidades de progresso mercê das condições de que dispõe.

3. A situação desfavorável da Península de Setúbal, no contexto dos apoios do Portugal 2020, "obriga" a região a mobilizar-se e a apetrechar-se com as condições e os instrumentos para tentar aceder aos Programas geridos diretamente pela Comissão Europeia e a continuar a reivindicar medidas, de discriminação positiva, visando a convergência entre as duas margens da Área Metropolitana.

4. Assim, para alcançar os níveis de desenvolvimento equacionados na Visão, no horizonte de 2030, as apostas estratégicas da Península passam pela potenciação das suas singulares condições e recursos territoriais.

5. Estas apostas pressupõem a transformação da Península de Setúbal num espaço de emprego, com o fator trabalho assumido como ativo estratégico e não apenas como custo de produção. "Emprego com direitos", permitindo uma ampliação de competências ao longo da vida, não é apenas um objetivo, é condição estratégica do modelo de desenvolvimento a que a Península pode – e deve – aspirar.

6. Para enfrentar e vencer, com êxito, os complexos desafios que a realização das apostas estratégicas enunciadas pressupõem, a Península de Setúbal terá de apostar num modelo de governação inteligente, participado e eficaz, sendo essencial:

   1º) Dispor de instâncias de diálogo, concertação, estímulo e promoção dos interesses da região.

   2º) Valorizar as estruturas de governação do PEDEPES+, em particular o Conselho Regional, para partilhar e consensualizar, de forma assertiva, a Estratégia de Desenvolvimento.

7. Os Municípios e os restantes parceiros reforçarão o diálogo e a reivindicação que de há muito se desenvolve – no seio da Junta Metropolitana, perante Governo e Comissão Europeia -, no sentido da criação das condições, designadamente financeiras e institucionais, para o pleno aproveitamento do

potencial de desenvolvimento da região e a sua participação no desenvolvimento mais geral do País.

8. A Península de Setúbal tem de ser assumida como um território estratégico para o desenvolvimento do País. Se, por um lado, isso lhe dá um capital de reinvindicação junto das instâncias nacionais e europeias, no sentido de que as suas potencialidades sejam devidamente tidas em conta nas opções das políticas nacionais e da UE, por outro, reclama dos atores regionais a responsabilidade de convergirem nas opções estruturantes para uma região justa, inteligente, competitiva, coesa e sustentável e nos esforços para a criação e difusão de uma imagem dinâmica e inovadora da região, ao nível nacional e internacional.

II. PERSPETIVAS DE FUTURO PARA A PENÍNSULA DE SETÚBAL

O futuro da Península de Setúbal será determinado pela capacidade de explorar as oportunidades que surgem de um enquadramento internacional que abre novas perspetivas ao sistema produtivo da Região; pela adoção de políticas nacionais que fortaleçam o tecido e a capacidade produtiva do País, com forte expressão na região; pelo aproveitamento das oportunidades resultantes ou reveladas por investimentos recentes; pela resolução de um quadro complexo de incertezas com que a Região e o País se têm confrontado; pela defesa, valorização e aprofundamento das funções sociais do Estado e dos serviços públicos; pela articulação e convergência dos atores regionais e nacionais à volta de uma estratégia de desenvolvimento territorial.

Neste contexto, o futuro da Península de Setúbal passará, em grande medida, pela capacidade de aproveitar e maximizar as suas potencialidades e dinâmicas próprias. Contudo, importa não menosprezar que o efetivo aproveitamento de tais recursos e vantagens regionais transcende, em grande medida, a ação, empenho e vontade exclusiva dos agentes locais e que o mesmo será extremamente difícil ou, a certos níveis, impossível se esse esforço não contar com o envolvimento efetivos do poder político central, detentor dos meios, competências e atribuições em muitos domínios, em matéria de desenvolvimento regional.

A Região enfrenta um quadro complexo de grandes incertezas, as quais se situam, nomeadamente, a cinco níveis: a estratégia nacional para a região metropolitana de Lisboa e o seu posicionamento no sistema urbano europeu e mundial; o futuro de grandes projetos de infraestruturas e intervenções urbanísticas; as lógicas de localização dos grupos económicos internacionais presentes na Península de Setúbal, em particular na indústria automóvel; a aposta nacional (ou falta dela) na economia do mar e o modo de mobilização dos recursos neste domínio; a transformação do atual padrão de urbanização.

A crise económica e financeira que Portugal enfrentou nos últimos anos reduziu o horizonte da perspetiva temporal e passou a viver-se sobre a “ditadura do curto prazo”, sendo pouco provável que alguma destas incertezas se clarifique no atual período de programação dos fundos estruturais 2014-2020.

Assim, o desafio que a Península de Setúbal enfrenta, em termos estratégicos, é a necessidade de

prosseguir uma estratégia condicional de desenvolvimento que deixe em aberto todas as possibilidades e acautele os potenciais efeitos negativos de uma resolução não desejável das referidas incertezas.

Neste contexto, a exploração dos futuros possíveis para a Península de Setúbal apoiou-se num exercício de construção de cenários a partir de alternativas de resolução de três incertezas cruciais: a concretização ou não dos projetos de infraestruturas de conectividade internacional e a sua distribuição pelo conjunto da AML; a dinâmica futura das atividades industriais que têm caracterizado a Península de Setúbal como região exportadora, no contexto do país, e o desenvolvimento de novas atividades exportadoras e de novas funções metropolitanas nas áreas dos serviços; a dinâmica de interação dos atores institucionais que influem no desenvolvimento territorial e no padrão de ocupação do território.

Um primeiro cenário corresponde à incapacidade da Península superar os efeitos da crise, não promover a articulação dos atores económicos e institucionais e a atuações fragmentadas e depredadoras das vantagens de aglomeração e impeditivas do upgrading de funções terciárias no contexto da AML.

Um segundo cenário permite perspetivar o reforço da atratividade da Península e o lançamento das bases de uma "região inteligente e criativa". Para este cenário resulta decisiva a capacidade dos atores da Península para construírem uma parceria estratégica conduzindo a:

- Consensualização de concentração dos escassos financiamentos públicos de origem comunitária em investimentos diferenciadores com capacidade de projetar a imagem da Península de Setúbal e de se constituírem num forte polo de atração;

- Gestão integrada dos espaços empresariais, possibilitando a criação de áreas de localização empresarial de elevada qualidade;

- Ações de marketing territorial inteligente, associadas à gestão integrada dos espaços empresariais e aproveitando as relações internacionais das grandes empresas, para abrirem novos mercados para as produções regionais e para o turismo e atraírem uma nova vaga de investimentos internacionais, invertendo eventuais dinâmicas de deslocalização;

- Opção coletiva de afetar parte substancial dos recursos dos fundos estruturais ao apoio das MPME, aumentando a taxa de sobrevivência das iniciativas empresariais e viabilizando a sua consolidação, inovação, modernização e expansão;

- Envolvimento das empresas e instituições de investigação e ensino superior em parcerias internacionais para a I&D, capacitação das organizações empresariais para qualificação dos serviços ao tecido económico e desenvolvimento de capacidade para otimizar os financiamentos comunitários.

A análise do enquadramento atual e os trabalhos de cenarização confirmam que a Região pode ambicionar nova especialização industrial, atraindo mais investimentos; a desenvolver um setor logístico de dimensão

internacional; a desenvolver a economia do mar; a afirmar uma agricultura inovadora; a ganhar relevo nas atividades do turismo, lazer e cultura, valorizando os recursos territoriais e a inserção metropolitana.
Enfrentando problemas e desafios que o diagnóstico deixou bem identificados e confrontando-se com incertezas onde, além das que decorrem do contexto internacional, pesam fortemente as que dependem de opções nacionais, a Península de Setúbal tem que ser assumida como território ímpar na AML e no País cujas potencialidades importa explorar para um desenvolvimento sustentável e inteligente.

O desafio que se coloca é o que esteve subjacente à questão que constituiu o "foco" do exercício de cenarização:

> Como poderá a Península de Setúbal contribuir para o reforço da dinâmica e projeção do País e da Região Metropolitana de Lisboa, promovendo simultaneamente o enriquecimento das suas funções económicas, melhorando a qualidade de vida dos seus residentes e as condições de acolhimento dos seus visitantes?

Sem subalternizar a importância de resolver os problemas urgentes, a Estratégia de Desenvolvimento enfatiza uma Visão de longo prazo e as oportunidades da Península para vir a tornar-se uma das regiões mais dinâmicas no contexto europeu.

III. VISÃO E EIXOS ESTRATÉGICOS

1.VISÃO - PENÍNSULA DE SETÚBAL, TERRITÓRIO DE OPORTUNIDADES, PORTA EXTERNA DO PAÍS

O Diagnóstico Estratégico e a exploração dos cenários possibilitam prospetivar uma Região que, no horizonte de 2030, seja caracterizada por uma Visão com as seguintes vertentes:

- Região que se afirme como metrópole com duas margens, polinucleada, localizando na margem sul infraestruturas de transporte marítimo, aeroportuário e ferroviário, funções logísticas e serviços de nível superior - ensino, saúde, serviços profissionais e lazer/criatividade - ao mesmo tempo que desenvolve complementaridades funcionais com o Alentejo Litoral e o Alentejo Central, passando a integrar uma plataforma de conectividade internacional de primeiro nível, fator que aumentará a sua atratividade.

- Região, do ponto de vista económico, diversificada e dinâmica, em que se dinamizem novos polos, todos beneficiando do potencial científico e tecnológico da Área Metropolitana de Lisboa e orientando-se para mercados com potencial de crescimento futuro; polos em que, ao lado de grandes empresas reconhecidas, se desenvolve um tecido denso de micro, pequenas e médias empresas altamente dinâmicas.

- Região que oferece (com as regiões vizinhas) um espaço qualificado e diverso de lazer e turismo e de atração de serviços qualificados associados aos fluxos internacionais, dispondo de um ambiente económico e social vibrante e inovador, favorável ao desenvolvimento das indústrias criativas.

- Região socialmente inovadora, com afirmação de um novo modelo de integração e responsabilidade social assente na capacitação dos indivíduos e no papel das "comunidades locais" como território e ator principal das políticas de coesão social, sem que tal signifique a diluição de responsabilidades, que cabem ao poder central em matéria de funções sociais do Estado e de garantia do acesso dos cidadãos a serviços públicos de qualidade, em condições de proximidade.

- Região que promove um sistema territorial equilibrado, eficiente e sustentável, no qual o território é planeado ao serviço da qualidade de vida das populações e da ação dos atores económicos, se dá prioridade à regeneração e reutilização da cidade existente e se promove um modelo territorial assente no funcionamento em rede e na conectividade entre os seus nós, a otimização das condições de acesso às funções urbanas e a proteção do património natural e cultural.

- Região que desenvolve um modelo de governação assente numa parceria estratégica territorial inovadora, entre atores públicos, empresariais, sociais e sistema de conhecimento, assente na concertação e cooperação centradas em projetos estruturantes do desenvolvimento.

- Região com estratégia própria, no quadro da governação metropolitana, criando condições para uma distribuição territorial mais equilibrada do emprego, funções, equipamentos e serviços.

2. EIXOS ESTRATÉGICOS E LINHAS DE AÇÃO

Os eixos estratégicos e as linhas de ação representam os caminhos a percorrer para conduzir a Península de Setúbal do estádio atual de desenvolvimento para os níveis de desenvolvimento formulados na Visão.

Definem-se os seguintes 6 Eixos:

A – Qualificação das pessoas e das suas condições de vida
Educação e cultura entendidos como fatores de inclusão e como determinantes para a formação dos indivíduos em toda a sua plenitude; reforço das respostas sociais; combate à exclusão; reforço das comunidades locais; competências para o mercado de trabalho; competências para a criação do próprio emprego.

B – Afirmação do papel da Península de Setúbal como plataforma de internacionalização
Conectividade internacional; ambiente económico inovador e internacionalizado; excelência das localizações; projeção internacional da região; recursos humanos qualificados.

C – Densificação do tecido de MPME e estímulo à iniciativa empresarial local
Promoção e qualificação da iniciativa empresarial; reforço das condições para o sucesso e consolidação das microempresas; estruturação dos apoios aos investidores e às empresas; promoção de oportunidades de crescimento e de internacionalização.

D – Valorização dos recursos do território
Condições para uma eficaz gestão integrada dos recursos naturais; condições de efetiva participação na economia do mar; aproveitamento e valorização das potencialidades agrícolas e florestais; integração e participação no desenvolvimento turístico da Região de Lisboa.

E – Estruturação e qualificação dos sistemas urbanos e das acessibilidades
Estruturação do sistema urbano do Estuário do Tejo; integração e requalificação do sistema urbano Setúbal/Palmela; apoio ao desenvolvimento da polaridade urbano-turística de Sesimbra; qualificação de áreas com potencialidades para instalação de atividades industriais, de logística e de serviços avançados às empresas; desenvolvimento de áreas de vocação turística e núcleos de desenvolvimento turístico; melhoramento das condições de acessibilidade e de mobilidade.

F – Governação ativa e partilhada
Estratégia territorial própria, no quadro da AML; parcerias estratégicas centradas nos desígnios e projetos estruturantes; reforço da AMRS e da gestão intermunicipal integrada.

IV. A PENÍNSULA DE SETÚBAL NAS OPÇÕES ESTRATÉGICAS NACIONAIS E REGIONAIS

O PNPOT – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território é o documento oficial, de âmbito nacional, que mais explicitamente identifica as opções de desenvolvimento para a AML e para os seus territórios. Nas suas opções estratégicas consagra a valorização do papel estratégico da Região Metropolitana de Lisboa.

Neste contexto, a Península de Setúbal emerge como um espaço estratégico para a competitividade e a sustentabilidade da Região e para a conetividade internacional do País, com tradução em diversos projetos estruturantes previstos para a margem sul.

Alguns desses projetos têm horizonte temporal incerto para a sua concretização mas devem continuar presentes na construção de uma visão a médio prazo. Outros são acolhidos em documentos nacionais recentes com concretização prevista no horizonte de 2020.

Opções nacionais levaram à suspensão da construção do NAL, TGV Lisboa-Madrid e Terceira Travessia do Tejo que o PNPOT prevê, mas as opções de desenvolvimento da Região não são compatíveis nem exequíveis com o adiamento sine dia da construção de tais projetos.

A proposta de revisão do PROT da AML constituiu um elemento importante de reflexão sobre o modelo territorial do seu desenvolvimento. Motivada pelas grandes infraestruturas de conectividade europeia e mundial, a proposta técnica parece apontar para um novo papel da Península de Setúbal que decorria,

particularmente, da localização daquelas grandes infraestruturas (NAL, Alta Velocidade, Terceira Travessia do Tejo, Plataforma Logística do Poceirão...) e da concretização do projeto do Arco Ribeirinho Sul.
A suspensão dos grandes projetos de infraestruturas terá sido uma das razões da não aprovação da proposta de PROT que, deste modo, se viu desatualizada. Os efeitos estruturantes desses projetos encontram-se adiados mas permanecem as potencialidades para que a Península de Setúbal aspire a uma nova inserção funcional na AML e na competitividade internacional do País.

O PAR Lisboa 2014-2020, documento de suporte ao Programa Operacional, configura uma segunda etapa na concretização da Estratégia Regional Lisboa 2020, na qual era afirmado o desígnio de "transformar Lisboa numa metrópole cosmopolita, de dimensão e capitalidade europeias relevantes, plenamente inserida na sociedade do conhecimento e na economia global, muito atrativa pelas suas singularidade e qualidade territoriais, natureza e posicionamento euro-atlânticos". Nesse sentido, a "sustentabilidade social e ambiental, o reforço da coesão sócio territorial, a valorização da diversidade étnica e cultural e a eficiência da governação são, nesse horizonte, condições e metas do desenvolvimento económico e social da Região".

O Programa Operacional da Região de Lisboa 2014-2020 (POR Lisboa) procura contribuir para a concretização desta visão, numa perspetiva estratégica. Afirma-se que "a Região escolheu por isso orientar os seus esforços para projetos que promovem a investigação, o desenvolvimento tecnológico, a inovação e o aumento da competitividade das PME, a eficiência energética e a proteção do ambiente e da biodiversidade, a inclusão, o ensino e a aprendizagem ao longo da vida. Em suma, projetos que visam tornar a Região de Lisboa mais competitiva na economia global, mais inclusiva no acesso ao mercado de trabalho por parte dos jovens, dos menos qualificados e dos mais desfavorecidos e mais sustentável na utilização de recursos".

V. PROGRAMA DE AÇÃO

1. A NATUREZA DO PROGRAMA DE AÇÃO PARA A PENÍNSULA DE SETÚBAL

O Programa de Ação visa identificar as ações a desenvolver para prosseguir os Eixos Estratégicos, tendo em conta quatro ideias essenciais que o capítulo anterior fundamenta:

1ª. Reconhecimento nacional do caráter estratégico das intervenções de desenvolvimento e qualificação da Área Metropolitana de Lisboa e do seu papel para a inserção do País nas dinâmicas da globalização;

2ª. Consensualização, a nível regional, de que a Península de Setúbal tem um papel determinante nas perspetivas de desenvolvimento da Região e nas potencialidades para aspirar a uma nova inserção funcional no quadro da AML;

3ª. Dependência da Península de Setúbal de um conjunto de projetos estruturantes nacionais;

4ª. Existência de um quadro de ação traduzido nos programas operacionais do Acordo de Parceria, em particular no POR Lisboa, prevendo projetos/tipologias de projetos para os quais a Península de Setúbal é elegível.

Neste quadro, o Programa de Ação para a Península de Setúbal obedece a cinco premissas fundamentais.

Em primeiro lugar, visa identificar os percursos estratégicos nos quais a Região deverá concentrar esforços e as linhas de ação em que deverá apostar, quer na sua ação própria, quer na ação a reclamar juntos dos orgãos regionais e nacionais.

Em segundo lugar, procura-se estabelecer um quadro de linhas de ação prioritárias que permitam articular a ação dos atores regionais e orientar as candidaturas da Região aos programas operacionais ou de outras fontes de financiamento, incluindo os programas geridos diretamente pela Comissão Europeia.

Em terceiro lugar, estabelecer um quadro de coerência entre as opções dos atores da Península de Setúbal e as estratégias nacionais e regionais pondo em evidência o contributo da Península para o desenvolvimento da Região e do País: a estratégia de desenvolvimento e o programa de ação que se propõe têm uma coerência evidente com as opções nacionais e regionais.

Em quarto lugar, procura-se explorar as margens de ação dos atores regionais para a afirmação de uma visão autónoma relativamente às estratégias regionais, dando relevo a propostas em que a capacidade de implementação esteja em grande parte na Península de Setúbal.

Finalmente, o Programa de Ação incorpora a consciência da limitação dos recursos disponíveis para financiamento de projetos na Região, no período 2014-2020.

Assim, os programas/projetos que se identificam correspondem ao entendimento de que é prioritário introduzir uma dimensão inovadora, dando relevo à dimensão do conhecimento e da capacidade organizativa e a projetos que exigem ação colectiva ou concertação de âmbito supra-municipal.

Importa sublinhar, neste contexto, que este Programa de Ação não significa um juízo sobre a urgência e a prioridade de projetos aqui não contemplados. Significa apenas que se assume que esses projetos têm o seu enquadramento definido nos programas operacionais e a sua prioridade deverá ser avaliada no quadro das fontes de financiamento a que se candidatem, para satisfazer necessidades locais.

2. O PROGRAMA DE AÇÃO

Eixo A - QUALIFICAÇÃO DAS PESSOAS E DAS SUAS CONDIÇÕES DE VIDA

O diagnóstico identificou a Península de Setúbal como uma das regiões mais vulneráveis a situações de desemprego, com taxas acima da Região de Lisboa que afetam de modo particularmente violento os extremos da idade ativa e os indivíduos com níveis inferiores de escolaridade, embora seja elevada a

percentagem de desempregados que possuem o ensino superior e o ensino secundário.

Apesar de apresentar situação mais favorável do que a média do País, em termos de condições de vida, foram identificadas situações graves de vulnerabilidade social, com destaque, para situações de pobreza; desvantagem no domínio da educação; reduzido acesso espacial a cuidados de saúde; insuficiência de respostas sociais; situações de falta de qualidade habitacional. O desemprego de longa duração, a sustentabilidade das respostas sociais, a descoordenação de atores, a dispersão dos apoios sociais e a articulação das respostas sociais com a saúde foram identificadas como questões sociais a merecerem atenção prioritária.

Acresce a elevada percentagem de população imigrante o que coloca desafios de inclusão e de cidadania.

A qualidade de vida da população ressente-se dos elevados tempos nas deslocações casa-trabalho, agravando problemas da compatibilização da vida familiar com a vida profissional, de descanso e lazer.

A Península de Setúbal é uma das Regiões em que a população possui maiores níveis de formação académica e dispõe de uma rede densa de instituições de ensino e formação profissional. No entanto, os contatos com os atores económicos identificaram insuficiências que importa ultrapassar.

Neste quadro, apontam-se as seguintes Linhas de Ação Prioritárias para a Península de Setúbal:

a) Desenvolvimento de competências para o mercado de trabalho, promovendo maior adequação da oferta formativa às necessidades da economia regional, enriquecendo a formação feita pelas escolas profissionais e estimulando uma maior focagem regional das instituições de ensino superior;

b) Competências para a criação do próprio emprego, promovendo novos modelos de formação personalizada para aprofundamento das competências de saber-fazer e saber gerir, conhecer o enquadramento da atividade, melhorar as condições de sucesso e troca de experiências;

c) Inovação nas respostas sociais através da qualificação do funcionamento dos serviços públicos e privados existentes, promovendo a capacidade de iniciativa também no domínio social, estimulando o mecenato e as práticas socialmente inovadoras das empresas, flexibilizando o acesso aos serviços e reforçando a articulação das respostas a nível local, o intercâmbio de experiências e a cooperação intermunicipal.

d) Combate à info-exclusão, atuando designadamente no aumento das capacidades linguísticas, domínio das ferramentas da internet e na inteligibilidade da informação aos cidadãos.

e) Reforço das comunidades locais, privilegiando a atuação por referência a territórios concretos (bairros, freguesias...) e intervenções integradas.

f) Aposta na cultura como fator de inclusão e criatividade, valorizando o mosaico de multiculturalidade da Península de Setúbal, dinamizando a leitura, promovendo as competências artísticas da população e ampliando a capacidade criadora e a fruição dos serviços e bens culturais.
g) Otimização das fontes de financiamento, criando mecanismos técnicos que difundam as oportunidades de financiamento e apoiem projetos no acesso, não apenas aos programas do Acordo de Parceria mas, sobretudo, aos financiamentos geridos a nível comunitário, em particular os programas ERASMUS+, EaSI e Creative Europe. Devem ainda ser exploradas as oportunidades no âmbito dos Programas Operacionais da Cooperação Territorial Europeia.

O programa ERASMUS+ (Programa da UE para a educação, formação, juventude e desporto) tem um orçamento de 14,7 mil milhões de euros para o período 2014-2020 para o conjunto da UE. O programa EaSI (Programa da UE para o Emprego e a Inovação Social) dispõe de um orçamento de cerca de 1000 milhões de euros. O programa Creative Europe (Programa Europeu para os setores cultural e recreativo) é composto por dois sub-programas (MEDIA e CULTURA) e por uma vertente intersetorial.

Os programas, projetos e ações a seguir referidos não limitam a capacidade de iniciativa das organizações; antes visam o reforço das capacidades de ação, articulação, a inovação e a territorialização das intervenções:

1. Otimização dos serviços e respostas existentes

Num quadro de limitações orçamentais fortes, a opção prioritária terá de ser a de procurar, por um lado, ganhos de eficiência aumentando a prestação de serviços com os meios disponíveis e, por outro, melhorar a qualidade de atendimento e resposta aos cidadãos e às empresas. Trata-se de construir um programa transversal que visa otimizar as funcionalidades dos serviços existentes, inovar nas formas de atendimento, promover sinergias e preencher lacunas para melhorar a qualidade dos serviços prestados.

2. Programa regional de formação

Exigir que, com o envolvimento de empresas, instituições de ensino e formação profissional, seja elaborado um programa que tenha em conta as necessidades do tecido empresarial e desafios futuros do desenvolvimento económico e social.

3. Programa de inovação no combate à exclusão social e no reforço da coesão social

Este programa deverá traduzir-se num conjunto de ações coordenadas entre si e dirigidas a diferentes tipos de problemas sociais ou de riscos de exclusão social, apostando no surgimento de respostas inovadoras e criando novos espaços de empregabilidade.

4. Estratégias de Desenvolvimento Local de Base Comunitária

Promoção de iniciativas integradas potenciadoras da inclusão social, de combate à pobreza e ao abandono escolar em territórios urbanos desfavorecidos, através da concertação estratégica e operacional entre os parceiros relevantes.

5. Reabilitação da habitação social

Melhoria das condições de habitabilidade dos bairros sociais, em associação com uma gestão mais eficiente do parque de habitação pública.

6. Programa de resposta às novas carências de habitação

Exigir respostas para as crescentes dificuldades de acesso à habitação por famílias mais desfavorecidas.

Eixo B - AFIRMAÇÃO DO PAPEL DA PENÍNSULA DE SETÚBAL COMO PLATAFORMA DE INTERNACIONALIZAÇÃO

A Península de Setúbal e o Alentejo Litoral – que neste Eixo têm vantagem em ser considerados em conjunto – dispõem de fatores de localização, de ativos industriais e de polos de conhecimento que permitem conceber uma dinâmica de atração de novos investimentos e de maior articulação entre eles.

A Península de Setúbal (e o Alentejo Litoral) pode ambicionar atrair mais investimentos para o *cluster* automóvel, localizado hoje em Palmela; para o polo de indústrias da energia e da química em Sines; para a indústria da reparação naval e da engenharia oceânica em Setúbal e Sines; para a indústria aeronáutica - em complemento dos investimentos em curso na Grande Lisboa e no Alentejo Central; para a indústria mecânica e eletromecânica na área das energias; para a indústria dos novos materiais para as indústrias automóvel e aeronáutica que se estão a desenvolver no Lavradio; ou para novas aplicações da celulose.

Contudo, a inserção da Península de Setúbal numa região classificada como "mais desenvolvida", no contexto das políticas da UE, limita a capacidade de utilização das ajudas de Estado como instrumento de captação e fixação de investimentos.

Para a valorização do potencial da Península de Setúbal, como plataforma de internacionalização e captação de novos investimentos internacionalmente móveis, são fundamentais cinco linhas de atuação para as quais concorrem também atuações previstas nos outros eixos:

a) Melhoria substancial da conectividade internacional – portos, aeroportos, plataformas logísticas, ligações ferroviárias e autoestrada do mar;

b) Ambiente económico inovador e internacionalizado, através de um maior entrosamento entre as Universidades e Institutos Politécnicos da Área Metropolitana de Lisboa e os *clusters* e polos industriais, em termos de formação pós-graduada, inovação e serviços de apoio;

c) Excelência das localizações, em termos de imagem, serviços, ambiente, infraestruturas, acessibilidades e preços competitivos;

d) Projeção, colocando a Região no radar dos investimentos e dos eventos empresariais internacionais;

e) Melhoria continuada da oferta de recursos humanos.

No período 2014-2020, as fontes de financiamento para as atuações integradas neste eixo serão o Programa Operacional da Competitividade e Inovação (POCI); o Programa Connecting Europe Facility (CEF), gerido pela Comissão Europeia para investimentos ao nível das redes transeuropeias de energia, transportes e telecomunicações; o POR Lisboa; o Programa Horizon 2020, gerido pela Comissão Europeia, nomeadamente através das ações integradas nos pilares Ciência de Excelência e Liderança Industrial; os financiamentos mobilizados pela IFD – Instituição Financeira de Desenvolvimento, S.A, para investimentos empresariais. Importa ainda explorar as oportunidades que decorrem dos Programas Operacionais da Cooperação Territorial Europeia anteriormente referidos, para cooperação transnacional em projetos orientados para o reforço da competitividade, inovação e internacionalização.

Neste domínio, as atuações necessárias situam-se, na sua maioria, no quadro das políticas nacionais e na esfera de competências do Estado. É o caso dos projetos estruturantes da conetividade internacional e das opções nacionais em matéria de ajudas de Estado. No entanto, importa explorar a capacidade de ação autónoma dos atores regionais no quadro de projetos inovadores e de cooperação inter-institucional.

1. Projetos estruturantes de conetividade internacional

Inserção internacional e reforço da posição estratégica de Portugal, permitindo implantar na Península de Setúbal e no Alentejo Litoral um polo de movimentação aeroportuária e portuária de dimensão e valia europeias, funcionando ao serviço de uma plataforma de produção industrial global autónoma no corredor Barreiro/Pinhal Novo/Sines, como acesso a Espanha e, através desta, ao resto da Europa.

2. Polos de competitividade para uma nova especialização

Explorar as potencialidades para afirmar a Península de Setúbal como uma plataforma de indústrias de futuro, com enfoque em quatro polos:

- Um polo nacional de competências em engenharia oceânica bem como de robótica e outras tecnologias de exploração submarina que, em estreita relação com centros de I&D, constitua uma base para Portugal desenvolver uma oferta de serviços industriais.

- Um polo em torno da mobilidade inteligente e sustentável, reunindo competências em torno da eletrónica automóvel, dos sistemas de informação e de novas soluções de propulsão que prefigurem soluções de mobilidade urbana sustentável assente em novos modelos de negócio.

- Um polo na área dos novos materiais incluindo utilizações de carbono em novos materiais funcionais e estruturais e celulose em novas aplicações, procurando agregar as principais empresas de celulose e papel em torno de um conjunto de novas utilizações.

- Um polo centrado nas soluções energéticas, orientado para as indústrias de futuro, nomeadamente a utilização mais sustentável do gás natural nos abastecimentos energéticos e a conceção e construção de edifícios com capacidade de captação de energia solar mercê de materiais e design específicos.

3. Projeção internacional da Península de Setúbal
Acordar um programa de ações, visando a projeção internacional da Península de Setúbal e a captação de investimentos internacionalmente móveis e de grandes eventos.

4. Empreendedorismo - atrair PME e startups tecnológicas
Trata-se de desenvolver um pacote de serviços adequados às necessidades das startups tecnológicas disponível para iniciativas de promotores nacionais e estrangeiros. Entre esses serviços deveria incluir-se o acesso a financiamento, disponibilização de instalações adequadas e um programa de publicitação que poderia ter o formato de um concurso anual das startups mais inovadoras ou de maior crescimento.

5. Espaços de excelência para localização empresarial
Dotar a Península de Setúbal de espaços empresariais de elevada qualidade, com condições ágeis para a instalação das empresas, dispondo das infraestruturas de futuro e de recursos que potenciem as vantagens da aglomeração.

Eixo C - DENSIFICAÇÃO DO TECIDO DE PME E ESTÍMULO À INICIATIVA EMPRESARIAL LOCAL

Apesar do peso das grandes empresas na economia da Península de Setúbal, as microempresas têm um peso no tecido empresarial e no emprego superior ao que detêm na Região de Lisboa e no País. Com uma das maiores taxas de iniciativa empresarial (medida pela criação de novas empresas), a Península de Setúbal evidencia uma grande fragilidade das micro iniciativas empresariais.

Ao mesmo tempo que se vem afirmando um conjunto de pequenas e médias empresas intensivas em tecnologia e conhecimento, a crise veio pôr em causa pequenas empresas inseridas na cadeia de valor das grandes empresas sediadas na região, comprometendo, mesmo, a prestação de serviços de qualidade que contribuíam para a competitividade das grandes empresas industriais.

Acresce que a Península de Setúbal não tem conseguido territorializar cadeias de valor, continuando as grandes empresas a obter na região apenas uma pequena parcela das suas aquisições de bens e serviços.

A elevada taxa de desemprego e o peso que nela têm os jovens e os níveis de escolaridade secundário e superior recomendam a promoção da criação do próprio emprego como alternativa de atuação que, contudo, será sempre complementar das políticas de emprego.

Do diagnóstico prospetivo fica claro que a Península dispõe de margem significativa para densificação das relações entre as PME e as grandes empresas e para promover um tecido de micro, pequenas e médias empresas mais forte e qualificado.

As opções nacionais para a utilização dos fundos estruturais privilegiam a concentração de meios no tecido empresarial com prioridade para a competitividade e a internacionalização. O POR Lisboa, que na região

concentrará a quase totalidade dos recursos financeiros disponíveis para esta prioridade, propõe, para as PME, um conjunto de instrumentos a que poderão aceder as empresas, as estruturas empresariais, os atores do sistema científico e da inovação cuja operacionalização importa concretizar.

Sem prejuízo do adequado aproveitamento das oportunidades que decorrem do POR, propõe-se para a Península de Setúbal uma estratégia que privilegie como linhas de atuação prioritárias:

a) Promoção da iniciativa empresarial, qualificação e "fortificação" do tecido de MPME`s;

b) Reforço das condições de sucesso das microempresas, assegurando formação e apoio aos portadores de ideias inovadoras de negócio, disponibilizando espaços diversificados de incubação e acesso ao financiamento adequado à consolidação e crescimento da iniciativa;

c) Estruturação dos apoios aos investidores e às empresas, garantindo informação de qualidade sobre procedimentos administrativos, mecanismos de apoio disponíveis e o encaminhamento e acompanhamento no acesso aos mesmos;

d) Promoção de oportunidades de crescimento, criando mecanismos de cooperação entre empresas, apoiando ações coletivas.

No período 2014-2020, para as ações concorrendo para os objetivos deste Eixo estarão disponíveis recursos provenientes de diversas fontes, com relevo para o POR Lisboa, através de recursos do FEDER e do FSE; DLBC – Estratégias para o Desenvolvimento Local; financiamentos mobilizados pela IFD – Instituição Financeira de Desenvolvimento, S.A, para investimentos empresariais; Programas geridos pela Comissão Europeia, em particular os programas COSME (promoção da competitividade das PME) e o programa HORIZON 2020 (apoio à inovação nas PME)**;** Programas Operacionais de Cooperação Territorial Europeia para projetos específicos de cooperação transnacional.

Compete, sobretudo, às empresas e organizações empresariais a conceção e desenvolvimento de projetos neste domínio. Tanto mais que existe um conjunto de programas dirigidos ao empreendedorismo e ao desenvolvimento das PME, com destaque para os programas do IAPMEI. Assim, no quadro do PED da Península de Setúbal as ações específicas a desenvolver devem centrar-se nas condições facilitadoras do acesso aos apoios disponíveis, o que justifica os seguintes dois programas:

1. Rede "Investir na Península de Setúbal"

Informar e acompanhar as MPME no acesso aos apoios, serviços e infraestruturas disponíveis, dinamizar a cooperação entre empresas para otimizarem, numa perspetiva coletiva, os programas que lhes são dirigidos e para participarem em projetos, ações e redes que favoreçam o seu desenvolvimento e criar respostas à medida das necessidades das empresas.

2. Iniciativa Micro Empresas

Estimular a iniciativa empresarial local, contribuir para dar bases sólidas aos projetos dos microempresários, reforçar a projeção na Península de Setúbal dos programas nacionais, públicos ou privados de apoio à

criação de microempresas e criar soluções de resposta às necessidades dos microempresários.

Eixo D - VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS DO TERRITÓRIO

As caraterísticas geográficas, ambientais, históricas e culturais da Península de Setúbal proporcionam um vasto e diversificado conjunto de recursos para o desenvolvimento económico e social da região e para a sua capacidade de atração de novas atividades e empresas, residentes, trabalhadores e visitantes.

Tais recursos estão essencialmente relacionados com a presença da água nos espaços estuarinos, marinho e aquífero; o espaço agro-florestal; o património histórico e cultural; as redes de transportes rodoviários, ferroviários e fluviais; o Parque Natural da Arrábida, as Reservas Naturais do Tejo e do Sado, a Arriba Fóssil e outros espaços de especial interesse ambiental e paisagístico como as frentes ribeirinhas e as praias.

Estas condições potenciam o desenvolvimento de atividades económicas associadas ao aproveitamento e gestão dos recursos naturais, integradas na "economia do mar", voltadas para a agricultura e silvicultura e para as agroindústrias e orientadas para o desenvolvimento do turismo.

Os diversos campos de atividade associados a estes recursos permitem à Península de Setúbal afirmar as suas especificidades, aprofundar complementaridades no âmbito da Área Metropolitana de Lisboa e desenvolver sinergias entre elas, com destaque para o papel "transversal" do turismo.

Neste Eixo Estratégico propõem-se 4 linhas de ação: uma eficaz gestão integrada dos recursos naturais da Península de Setúbal com a participação dos municípios; uma efetiva participação da Península no desenvolvimento da "economia do mar"; o aproveitamento das potencialidades agrícolas e florestais da Península de Setúbal e a sua valorização económica e social; uma maior integração e participação da Península de Setúbal no desenvolvimento turístico da Região de Lisboa e do "Destino Lisboa".

As fontes de financiamento para as ações deste eixo poderão ser quatro programas geridos a nível nacional: POR Lisboa; DLBC – Estratégias para o Desenvolvimento Local; Programa Operacional para a Sustentabilidade e Uso Eficiente dos Recursos; Programa de Desenvolvimento Rural 2020; Programa Operacional Mar 2020. A estes poderão adicionar-se os programas geridos diretamente pela Comissão Europeia, em particular o Programa Life 2014-2020.

As atuações no âmbito deste eixo serão estruturadas em três programas:

1. Valorização dos estuários e do mar

Preservando o equilíbrio ecológico do mar e das áreas frágeis que são os estuários; diversificar as atividades geradoras de valor e criadoras de emprego; aumentar a cadeia de valor das atividades da pesca; valorizar os estuários e o mar como recurso para fruição e lazer.

2. Valorização das praias, da paisagem e das atividades complementares do setor primário

Salvaguardar a valia dos recursos do território que distinguem a Península de Setúbal e tornar efetivo o seu potencial de atração de visitantes e turistas; aumentar a perceção destes valores e promover a sua fruição sustentável pelos residentes.

3. Valorização da fileira agro-florestal

Consolidar a fileira agro-florestal no seu potencial de criação de riqueza, emprego e oferta de produtos de qualidade; promover a inovação, em particular na comercialização e acesso ao mercado regional, nacional e internacional; promover a competitividade das explorações e aumentar o rendimento dos agricultores; proteger as potencialidades agrícolas, preservar e melhorar as paisagens rurais.

Eixo E - ESTRUTURAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS SISTEMAS URBANO E DE ACESSIBILIDADES

A Península de Setúbal, com 1625 km^2, corresponde a mais de metade da superfície da AML (54%) e a população residente (780.000 habitantes) representa 27,6% da população metropolitana.

Destes, cerca de 60% residem nos concelhos que integram o Arco Urbano Ribeirinho Sul, de Almada a Alcochete, sendo que este Arco e a Coroa Periurbana adjacente, onde se localizam as aglomerações da Charneca da Caparica, de Fernão Ferro/Quinta do Conde e do Pinhal Novo, acolhem cerca de 610.000 habitantes. As outras duas polaridades urbanas, Setúbal/Palmela e Sesimbra, têm, respetivamente, cerca de 132.000 e 21.200 habitantes, sendo que apenas 4,5 % da população reside nas restantes áreas rurais.

Contudo, devido à assimetria da distribuição geográfica da população metropolitana, a Península de Setúbal apresenta uma densidade de ocupação populacional muito inferior à da Grande Lisboa - 480 hab/km^2 para 1483 hab/km^2, respetivamente.

A estrutura urbana da Península carateriza-se por uma rede de centros de dimensões diversas correspondendo às sedes de concelho associadas a alguns contínuos urbanos nos concelhos de Almada/Seixal, Barreiro/Moita, Montijo/Alcochete e Setúbal/Palmela, por áreas habitacionais descontínuas e fragmentadas constituindo áreas periurbanas de baixa densidade, a par de uma dispersão das áreas de implantação de atividades económicas, nomeadamente industriais e logísticas.

A necessidade de estruturar e qualificar o sistema urbano e de povoamento tendo em vista reforçar a sua integração e coesão territorial e social, nomeadamente, valorizando o quadro de vida das populações residentes e trabalhadoras e melhorando as condições de atratividade de novos residentes, de visitantes e, também, de novas empresas e investimentos, justifica este Eixo Estratégico no qual as condições de acessibilidade e de mobilidade das pessoas e de bens, e a perspetiva da articulação e qualificação das interdependências metropolitanas e regionais têm um papel fundamental.

Neste eixo estratégico propõem-se 6 linhas de ação:

a) Estruturação do sistema urbano do estuário do Tejo, abrangendo os centros urbanos de Almada, Seixal, Barreiro, Moita, Montijo e Alcochete, com base no conceito de “Arco Urbano Ribeirinho Sul”. Esta

estruturação tem por fim dar prioridade à articulação transversal do sistema urbano da margem esquerda do estuário, no sentido de melhorar as suas condições de acessibilidade interna e externa, com base no desenvolvimento integrado do sistema de transporte público, tendo em vista o reforço e aprofundamento das suas interdependências e complementaridades com o melhor aproveitamento dos recursos e investimentos urbanos em infraestruturas, equipamentos e serviços existentes ou a instalar às populações e às empresas;

b) Integração e requalificação do sistema urbano Setúbal/Palmela, na sua função de centralidade urbana-turística do Sado, aprofundando articulações com os espaços turísticos e de lazer da Reserva Natural do Estuário do Sado, Parque Natural da Arrábida, Polo Turístico de Tróia – Comporta e com o Porto de Setúbal, Parque Industrial da Mitrena e Polo Industrial/Logístico de Coina – Penalva – Vila Amélia;

c) Apoio ao desenvolvimento da polaridade urbano-turística de Sesimbra como "Porta de Mar", nas suas vertentes da pesca comercial, dos estudos e da proteção ambiental do meio marinho, da náutica de recreio, das atividades marítimo – turísticas e do mergulho;

d) Desenvolvimento e qualificação de áreas existentes e com potencialidades para instalação de atividades industriais, de logística e de serviços avançados às empresas, tendo em vista criar condições de atratividade e competitividade nos mercados metropolitano, nacional e internacional;

e) Desenvolvimento de áreas de vocação turística e núcleos de desenvolvimento turístico, com vista à constituição de espaços de turismo e lazer, poderão ter um especial impacto no desenvolvimento da oferta turística no setor nascente, agro-florestal, da Península. Estes empreendimentos devem ter em vista o reforço da oferta de alojamento, nas diferentes tipologias, oferecendo equipamentos de recreio e lazer e valorizando os recursos patrimoniais, ambientais, paisagísticos e culturais;

f) Melhoramento das condições de acessibilidade e de mobilidade na Península de Setúbal e nas suas articulações metropolitanas e regionais, nomeadamente:

   a. Valorizar o transporte público, promovendo a integração e intermodalidade do transporte de passageiros e aprofundando as condições da sua sustentabilidade social, económica e ambiental;

   b. Integração tarifária do sistema de transportes de passageiros através da componente de coordenação operacional, alargando o passe social intermodal a toda a região como um instrumento de promoção do transporte público e de aprofundamento das condições da sua sustentabilidade económica e social;

   c. Desenvolver e adequar as infraestruturas às necessidades de transporte de mercadorias, criando condições para integração da logística com os serviços de transportes.

O desenvolvimento das cidades e sistemas urbanos é resultado da multiplicidade de ações das pessoas, empresas e instituições, pelo que é redutor a identificação de fontes específicas de financiamento neste

domínio. Pelo contrário, o sistema urbano deve ser um referencial de convergência de atuações e recursos, financeiros e não só, uma vez que é nos centros urbanos que se concentram as populações, as potencialidades e os problemas. No entanto, para as ações deste eixo concorrerão essencialmente os recursos do POR Lisboa e do Programa Operacional para a Sustentabilidade e Uso Eficiente dos Recursos.

PROGRAMAS

1. Corredor transversal dedicado a transportes públicos do Arco Urbano Ribeirinho Sul

Trata-se da organização e gestão de um corredor intermunicipal de transportes públicos a implementar entre a Vila da Moita e a estação de caminho-de-ferro do Fogueteiro. Implica a construção da ponte Seixal – Barreiro e a integração do serviço de transportes públicos rodoviário, ferroviário e fluvial, este último através dos terminais do Barreiro e do Seixal e a expansão do metro ligeiro até à Moita.

2. Reforço do Polo Logístico/Industrial de Coina – Penalva (Autoeuropa)

Ordenar e infraestruturar adequadamente a zona e criar condições para a sua densificação empresarial.
Implica a definição e a implementação de medidas adequadas de gestão urbanística e a criação de incentivos fiscais à instalação de novas empresas e à estabilização e expansão das existentes.

3. Redefinir os sistemas de transporte de mercadorias e logístico da Península de Setúbal

Face ao quadro de incertezas dos grandes projetos de transportes da AML e da Península de Setúbal, mantem-se uma grande indefinição quanto à organização territorial e ao desenvolvimento das áreas logísticas e industriais com grande impacte na Península de Setúbal. Esta situação exige uma avaliação sistémica das consequências das decisões pendentes e a formulação de um quadro de referência estratégico para as diversas entidades envolvidas, no sentido de proporcionar à Península as condições para poder vir a constituir uma plataforma de internacionalização da economia regional e nacional.

4. Regenerar áreas industriais

Áreas desativadas nos centros urbanos (Seixal, Barreiro, Moita/Alhos Vedros, Montijo, Alcochete, Setúbal) e das áreas integradas no Projeto "Baía do Tejo".

5. Desenvolver projetos urbanos de referência

Prosseguir grandes projetos urbanos em que já houve forte investimento público (Pólis da Caparica) e desenvolver estratégias emblemáticas de desenvolvimento de territórios com forte presença de propriedade pública (Almada Poente, Setúbal Nascente).

6. Promover condições de mobilidade sustentável

As ações para a melhoria da mobilidade de pessoas deverão, por um lado, promover a utilização do transporte público em detrimento do individual, nomeadamente implementando a intermodalidade do sistema de transportes de passageiros e, por outro lado, incentivando o uso de modos suaves, pedonal e ciclável nas deslocações diárias casa-trabalho e de proximidade, e adequando a oferta de transporte coletivo às deslocações em áreas de baixa densidade habitacional ou de habitação dispersa.

7. Promover a eficiência energética dos sistemas urbanos

Desenvolver projetos focados na descarbonização do funcionamento das cidades e da melhoria da eficiência energética na iluminação pública, transportes, equipamentos públicos e infraestruturas.

8. Projetos de reabilitação urbana

Projetos focados na regeneração e reabilitação dos tecidos urbanos existentes (centros históricos e periferias) conjugando recursos do POR Lisboa e de instrumentos financeiros acessíveis para o setor público, privado e cooperativo.

Eixo F – GOVERNAÇÃO ATIVA E PARTILHADA

Nos nossos dias, o desenvolvimento económico e social dos territórios exige boas condições de governabilidade o que, em síntese, significa instâncias político-administrativas dotadas de competências, recursos e poderes para o exercício da governação e atores económicos, sociais e culturais que cooperam entre si, em parceria(s) estratégica(s) centradas nos desígnios e projetos estruturantes de desenvolvimento (governança). Uns e outros apoiados em estruturas e métodos de gestão – estratégicos e operacionais - modernos, flexíveis e eficazes.

São conhecidos os condicionalismos da governabilidade dos territórios em Portugal: centralismo arcaico; inexistência de instâncias regionais, democraticamente eleitas; fragmentação e desconexão da administração desconcentrada. No caso da Península de Setúbal, o facto de estar integrada na AML, entidade sem representatividade eleitoral direta, com reduzidas competências e recursos, só vem agravar esses condicionalismos.

Sem prejuízo dos esforços para alterar esta situação institucional, no atual quadro político a redução de fatores desfavoráveis e a melhoria da governabilidade pode - e deve - alcançar-se através do reforço da governança, ou seja: através do reforço de parcerias e da concertação estratégicas entre atores e, também, através do reforço da AMRS e da gestão intermunicipal.

No que concerne às linhas de ação apontam-se: estratégia territorial própria da Península de Setúbal, no quadro da AML, permanentemente monitorizada e regularmente atualizada; parcerias estratégicas entre atores centradas nos desígnios e projetos estruturantes da Península; reforço da AMRS e da gestão intermunicipal integrada.

O fundamental, num processo de desenvolvimento estratégico, é a aplicação das propostas, a realização do programa de ação, a execução dos respetivos projetos. Para essa concretização é essencial dispor de um modelo de governação claro, sólido e participado.

Tendo em conta as estruturas e experiência do PEDEPES e as propostas do PEDEPES+, considera-se como modelo de governação:

Governação do PEDEPES+		
ÓRGÃOS	**FUNÇÕES**	**OBSERVAÇÕES**
CONSELHO REGIONAL (CR)	Estrutura representativa de participação aberta e alargada dos atores com as funções de: - mobilizar os cidadãos e as suas organizações para as missões de desenvolvimento da Península; - apreciar e dar parecer sobre a estratégia, os projetos e as ações para a respetiva execução; - pronunciar-se sobre as questões-chave do desenvolvimento da Península; - ponderar a criação de espaços/eventos para aprofundamento e impulsionamento das ações do desenvolvimento.	Manterá essencialmente a composição do PEDEPES, podendo ter alguns ajustamentos que resultem de alterações ocorridas e da existência de novas organizações associativas.
COMISSÃO EXECUTIVA (CE)	Órgão permanente do PEDEPES+ com as funções de: - analisar, emitir parecer e submeter propostas ao CR; - promover a execução de decisões do CR; - decidir e promover a execução das ações de implementação da Estratégia de Desenvolvimento.	Composição: AMRS/ANAFRE – Delegação de Setúbal/IPS/UN-FCT/CGTP – União de Sindicatos de Setúbal/UGT/CPPME/AISET/ACSDS/Mútua dos Pescadores/Associação de Agricultores/União das Instituições de Solidariedade Social do Distrito de Setúbal/Cáritas Diocesana/Federação das Coletividades do Distrito de Setúbal
AMRS	Coordenação geral e apoio técnico-administrativo	

PROJETOS ESTRATÉGICOS DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL

1. Reforço da AMRS

O impulsionamento e realização da estratégia formulada no PEDEPES+ terão a AMRS como entidade nuclear, na promoção e liderança de processos e projetos, no reforço da intermunicipalidade e no apoio direto aos municípios. Considera-se indispensável o reforço das competências e recursos da AMRS para o desempenho das missões e tarefas gerais de implementação do PEDEPES+.

2. Sistema intermunicipal de gestão integrada da água "em alta"

A natureza e a dimensão do sistema hidrogeológico (aquífero Tejo/Sado) da Península de Setúbal proporciona a fácil e abundante captação da água para abastecimento público. A captação, tratamento, transporte e distribuição da água, na Península de Setúbal, são realizados separadamente pelos municípios. Contudo, a água é um recurso estratégico que exige racionalidade no seu uso. Tendo isso presente, a AMRS

já promoveu os estudos preliminares para a criação de um sistema intermunicipal integrado de abastecimento público de água "em alta" da Península de Setúbal, tendo a AIA – Associação Intermunicipal de Água da Região de Setúbal promovido o estudo de conceção geral do referido sistema.
Afigura-se urgente a implementação deste projeto por três razões essenciais: pela necessidade de racionalização da gestão e uso da água; como projeto exemplar para o reforço da intermunicipalidade que se preconiza nesta estratégia; pela oportunidade de aproveitamento de recursos do Fundo de Coesão (PO SEUR), recursos aos quais a Península de Setúbal deve ter acesso prioritário para compensar a sua posição (muito) desfavorável no acesso aos outros financiamentos do Portugal 2020.

3. Eventos intermunicipais de referência

A Península de Setúbal dispõe de uma identidade própria, reconhecida, pela singularidade dos seus recursos naturais e a sua tradição industrial. Reconhecidas são também as suas tradições e "densidade" associativa, e o dinamismo da animação cultural e desportiva promovida pelos municípios, mas atuando, uns e outros, muitas vezes, de forma isolada. A realização de eventos, de natureza vincadamente intermunicipal, poderá concorrer para o reforço da coesão, da identidade e da notoriedade da Península.

4. Arrábida

A experiência alcançada, o trabalho realizado, as entidades e personalidades envolvidas, o consenso nacional obtido em torno do objetivo de valorização da Arrábida, exigem que se prossiga o objetivo da sua valorização, promoção e amplo reconhecimento como recurso ímpar desta Região, como património único e excecional.

Neste sentido, a AMRS, em conjunto com um leque de parceiros que se quer cada vez mais alargado, continuará a apostar neste trabalho de valorização da Arrábida, na necessidade de garantir o reconhecimento da excecionalidade dos seus valores patrimoniais, no desenvolvimento harmonioso do território com quem nele vive e com quem o visita, promovendo a Arrábida enquanto recurso da Região com impacto nacional e reconhecimento internacional.

VI. PROJETOS ESTRUTURANTES PARA A REGIÃO DE SETÚBAL

Sem desvalorizar outros, selecionam-se, como objetivos e projetos estruturantes, nucleares, para a concretização da Estratégia de Desenvolvimento que se propõe para a Península de Setúbal:

1. A construção de um conjunto de infraestruturas determinantes para o futuro da Região

A construção do Novo Aeroporto, da Alta Velocidade, da Terceira Travessia do Tejo, da Plataforma Logística do Poceirão, da Plataforma Portuária Multimodal da Região enquanto investimentos estruturantes e determinantes, não só para a Região mas com impacto à escala nacional.

2. A manutenção de uma rede de serviços públicos de qualidade e em condições de proximidade

A garantia de manutenção ou mesmo de reforço da rede de serviços públicos existentes na Região é matéria

de relevante importância não só para as populações como também para os vários agentes que intervêm no território.

3. O cumprimento das funções sociais por parte do Estado

A efetiva garantia por parte do poder central dos serviços que lhe competem ao nível das suas funções sociais, nomeadamente, em matéria de educação, saúde e segurança social são condições indispensáveis para assegurar, em condições de universalidade, o acesso de todos os cidadãos, independentemente da sua situação, a estes serviços.

Indiscutível é também o seu alcance em matéria de prevenção e de combate a situações, nomeadamente, de discriminação, de exclusão, de marginalização e de pobreza.

4. Aposta na cultura, no desporto, na juventude e no associativismo como fatores de desenvolvimento

Apoiar a cultura e o desporto (em termos de criação, fruição e em toda a sua diversidade e riqueza de experiências), a juventude e o movimento associativo (nas suas múltiplas expressões), enquanto fatores de desenvolvimento individual, coletivo e regional, de promoção da cidadania e da participação na vida pública, como marcas diferenciadoras, de afirmação e de projeção da Região.

5. Rede "Investir na Península de Setúbal"

Rede que poderia resultar da reorganização da rede de gabinetes municipais de apoio ao empresário numa estrutura regional de estímulo à iniciativa empresarial e de suporte às PME no acesso a serviços, financiamentos, programas e redes internacionais, em particular para a exploração das oportunidades abertas no âmbito do programa COSME e do instrumento PME do programa Horizon 2020.

6. Otimização do existente

Trata-se um programa transversal aos diversos eixos que visa otimizar as funcionalidades dos serviços e recursos existentes, particularmente ao nível do Setúbal Península Digital, inovar nas formas de atendimento, promover sinergias e preencher lacunas, de forma a melhorar a qualidade dos serviços prestados.

7. Arco Ribeirinho Sul (ARS)

Abrangendo a regeneração das áreas da Margueira, Quimiparque e Siderurgia, mas também o "Corredor Transversal dedicado a Transportes Públicos" e outras ações previstas neste Programa de Ação, com viabilidade técnica e financeira diretamente relacionados com o ARS.

8. Polos de competitividade para uma nova especialização

Tendo em conta as tendências e as potencialidades da geoeconomia mundial, assumir a Península de Setúbal como plataforma de indústrias do futuro, com enfoque em 4 domínios: horizonte "Deep Ocean"; mobilidade inteligente não poluente; celulose em novas aplicações; novas soluções energéticas orientadas para as indústrias do futuro.

9. Projeção Internacional da Península de Setúbal

Definir um Programa de Ações visando a projeção internacional da região e a captação de investimentos e de eventos notáveis, em colaboração com outras entidades, nomeadamente a AICEP.

10. Conceção e promoção de produtos turísticos inovadores

Apoio à conceção, organização e promoção de produtos turísticos relacionados com os recursos e potencialidades da Região, nomeadamente com a natureza, a náutica, as atividades equestres, o enoturismo, a gastronomia, o artesanato e os eventos. Para este efeito, poderão ser aprofundadas formas de cooperação vocacionadas para o apoio à criação, desenvolvimento e promoção de produtos turísticos podendo envolver, entre outros, como parceiros: Entidade de Turismo da Região de Lisboa, Universidades, Institutos Politécnicos, Centros de Formação e de Emprego, Empresas, Municípios e respetivas Associações.

11. Valorização dos estuários e do mar

Um programa integrado para o desenvolvimento de atividades ligadas aos estuários e ao mar onde se podem enquadrar as referidas descontaminação de áreas críticas dos estuários; desenvolvimento das indústrias de transformação do pescado; consolidação e valorização da atividade pesqueira artesanal e comercial; aquicultura estuarina (Tejo e Sado); atividades desportivas, de recreio e turísticas ligadas aos estuários e ao mar.

12. Sistema intermunicipal de abastecimento de água "em alta"

Sendo a água um recurso estratégico, apesar da sua abundância na Península de Setúbal – ou por isso mesmo – o seu uso exige elevada racionalidade, requerendo adequadas modalidades e estruturas de gestão. A constituição e operação de um sistema intermunicipal de abastecimendo de água "em alta", antiga aspiração da AMRS e da AIA, com estudos preparatórios já efetuados, considera-se, agora, um projeto prioritário a executar. Para o efeito devem ser mobilizados recursos financeiros do Fundo de Coesão (PO SEUR), um dos poucos Fundos do "Portugal 2020" acessíveis à região.

13. Divulgação, afirmação e valorização do próprio PEDEPES +

Resultando da conjugação de esforços e parcerias mas partindo da capacidade de iniciativa de cada um dos membros do Conselho Regional, considera-se importante a realização de um conjunto de ações, nomeadamente congressos, colóquios, seminários, workshops ou outras iniciativas de debate e análise sobre temas que, a cada momento, se revelem pertinentes e de importância estratégica para a Região.

Todas elas deverão contribuir para divulgar, afirmar e valorizar o PEDEPES +, por aquilo que ele é, por aquilo que ele representa para a Península de Setúbal.

AMRS
Associação de Municípios
da Região de Setúbal